

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 15 de maio de 2023 às 07h58
Seleção de Notícias

IstoÉ Dinheiro Online | BR

Propriedade Intelectual

Ex-executivo da ByteDance, dona do TikTok, acusa empresa de práticas ilegais 3
AFP

Metrópoles Online | DF

Direitos Autorais

Viúva de Rolando Boldrin briga com herdeiros por controle da obra do artista 4
ÚLTIMAS NOTÍCIAS | DIVULGAÇÃO

Direitos Autorais

Oposição vê PL das Fake News "enterrado" na Câmara 5
ÚLTIMAS NOTÍCIAS | IGO ESTRELA | METRÓPOLES

Ex-executivo da ByteDance, dona do TikTok, acusa empresa de práticas ilegais

Um ex-executivo da ByteDance entrou com um processo nos Estados Unidos contra a empresa, controladora do TikTok, acusando-a de tê-lo demitido por ter alertado sobre supostas práticas ilegais. Muitos legisladores republicanos querem proibir o TikTok nos Estados Unidos. Eles afirmam que a plataforma permite que Pequim colete dados dos usuários sem o consentimento deles e influencie sua opinião, o que o aplicativo nega. Segundo o processo apresentado em um tribunal de San Francisco em 1º de maio, Yintao Yu descobriu pouco depois de ser contratado na Califórnia em 2017 que a ByteDance estava "roubando" vídeos publicados em redes concorrentes, como o Instagram e o Snapchat, para postá-los em sua própria plataforma. Yu, que era chefe de engenharia da ByteDance nos EUA na época, disse que alertou seus superiores, em vão, "e o roubo de **propriedade** intelectual continuou sem impedimentos". Ele foi demitido em 2018. Na sexta-feira, Yu apresentou uma ação legal que acusa a ByteDance de "servir como uma ferramenta de propaganda para o Partido Comunista Chinês" (PCC). Ele afirma ter visto a empresa destacar conteúdos "que expressam ódio pelo Japão" e restringir conteúdos "que expressam apoio aos protestos em Hong

Kong" a favor da democracia. De acordo com o ex-funcionário, o PCC "tinha acesso supremo permanente a todos os dados da empresa, incluindo os dados armazenados nos Estados Unidos". "Meu cliente é o mais alto executivo da ByteDance a se manifestar publicamente", declarou Charles Jung, seu advogado, à AFP neste sábado. "Meu cliente está preocupado com a proteção dos dados dos usuários americanos, a conduta ética do aplicativo e o bem-estar dos funcionários da ByteDance." "O acesso a dados pessoais de usuários americanos tem sido o centro de tensões crescentes nos últimos anos entre as autoridades e a empresa, que tomou várias medidas para garantir que esses dados sejam armazenados em servidores nos EUA. A Casa Branca incentiva o TikTok a ser adquirido por uma empresa americana para poder permanecer no país. Nem a ByteDance nem o TikTok responderam de imediato a uma solicitação da AFP. Yu busca uma ordem do tribunal para forçar a companhia a interromper as práticas mencionadas na ação e também uma indenização, da qual planeja destinar uma "parte substancial" a organizações de defesa dos direitos civis para americanos de origem asiática.

Viúva de Rolando Boldrin briga com herdeiros por controle da obra do artista

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Patricia Boldrin, viúva de , está em uma batalha judicial com Vera Boldrin, filha única dele com a cantora Lurdinha Pereira, e por Marcus Boldrin, neto que Rolando adotou legalmente como filho quando o jovem tinha 12 anos. No centro do imbróglio, estão as obras do cantor e apresentador, que morreu em novembro do ano passado, aos 86 anos.

De acordo com testamento deixado por ele, homologado em sentença judicial dada na quinta-feira (4/5), Patricia deve ter controle total sobre os **direitos** autorais do trabalho de Boldrin. A vontade do artista, contudo, tem sido contestada pelos herdeiros, sob a alegação é de que os desejos expressos no documento são inconstitucionais.

Segundo a legislação brasileira, metade do patrimônio deixado por uma pessoa morta deve ser destinado aos herdeiros. Com isso, Patricia não poderia ter controle pleno sobre a obra de Rolando, afirmam Vera e Marcus. Além disso, eles dizem não ter certeza sobre a veracidade do documento porque ele não foi assinado e celebrado na presença deles e de outras testemunhas numa reunião formal.

morreu em novembro de 2022Divulgação/ TV Cultura

0

"A gente não sabe quanto vale a obra de Rolando. Hoje pode valer R\$ 10, mas amanhã a Globo pode querer fazer um documentário sobre ele e aí passa a valer R\$ 10 milhões. Não vamos mais questionar o fato de o testamento ser verdadeiro ou não, mas vamos contestar a divisão sobre os **direitos** autorais", afirmou Marcua, à Folha de S. Paulo.

Já Patricia diz ter interesse na obra do marido o para "perpetuá-lo na área de educação, e impedir que vire boneco de festa de rodeio". Ela afirma que Boldrin e a filha tinham divergências. "As opiniões do Rolando eram sempre divergentes às da filha. Ela assiste Record e tem preferências musicais que não correspondem às dele. Na questão política, ela é Bolsonaro. O Rolando não era pró-Lula, mas votaria nele nessa eleição. Ele tinha asco do Bolsonaro por causa da questão das vacinas e das falas agressivas."

Oposição vê PL das Fake News "enterrado" na Câmara

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Parlamentares da oposição dão como certo que o PL das Fake News foi "enterrado" pela Câmara dos Deputados, Casa onde a votação da proposta foi suspensa, na semana passada, após seus apoiadores admitirem risco de derrota do projeto.

Deputados contrários ao PL disseram à coluna que o Congresso Nacional deverá deixar nas mãos do STF a tarefa de decidir sobre a responsabilização das redes sociais sobre o conteúdo de seus usuários, ponto do texto considerado mais complicado. A avaliação é de que, diante da impopularidade do tema, especialmente após a maciça propaganda feita pelas big techs contra o projeto, os ministros do Supremo

teriam mais facilidade que os deputados para deliberar sobre o assunto.

Nesse cenário, os deputados deverão se debruçar apenas sobre alguns trechos do PL, de forma "fatiada". Aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), falam em até três projetos para tentar votar o conteúdo da proposta.

O primeiro, como revelou a coluna, será um projeto da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que trata de **direitos** autorais nas redes. Outro projeto deve versar sobre a remuneração jornalística. O terceiro seria sobre a monetização de postagens falsas.

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3

Direitos Autorais
4, 5